

# Broissia considera o coronel Saraiva sério e honesto

FSP

13/9/84

**EDUARDO M. SUPLYCI**

Da equipe de articulistas da "Folha"

Os esclarecimentos prestados pela nota do Ministério da Secretária do Planejamento da Presidência da República, em resposta ao depoimento do coronel Raimundo Saraiva Martins, prestado a seis parlamentares, estão muito longe de serem satisfatórios.

Em primeiro lugar, o depoimento do coronel Raimundo Saraiva Martins não foi clandestino, mas feito a todos os parlamentares que, estando presentes à reunião oficial da CPI da Dívida Externa na manhã do dia 5 de setembro, foram avisados que na tarde daquele dia se faria uma reunião informal para ouvir o testemunho do coronel Raimundo Saraiva Martins. Como já havia passado o tempo de depoimentos oficiais e só então cessado os motivos que impediram o coronel de falar sobre o assunto de interesse da CPI — como explica no curso de seu depoimento — consideramos importante ouvi-lo informalmente, transcrever o texto gravado, convidá-lo para conferir e rubricar o texto, e entregá-lo assim para o presidente da CPI, deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), como um documento a mais para análise dos problemas da dívida externa. O coronel Saraiva requereu que o depoimento fosse prestado em sigilo. O pedido foi considerado. Todavia, considerando tratar-se o assunto de interesse nacional, resolveu a CPI levantar o sigilo sobre esse e os demais depoimentos ouvidos em sessões secretas.

Os motivos que levaram o coronel Saraiva a não depor inicialmente sobre o assunto, relacionam-se à situação em que se encontrava a instituição financeira Colmeia (ligada à Haspa), na qual trabalhava desde 1980. Temia que seu depoimento pudesse prejudicar a empresa que lhe dera uma oportunidade de trabalho. A instituição foi recentemente liquidada e dela estará totalmente desvinculado a partir de amanhã.

O coronel Raimundo Saraiva Martins nada desdisse em relação ao seu depoimento original. Naquela primeira ocasião, havia recusado a dar o seu testemunho. Agora, resolveu falar tudo o que aconteceu, o testemunho que obteve do diretor do Credit Commercial de France, perante os diplomatas Fernando Fontoura e Gui Vasconcellos, bem como a verdadeira odisséia por que passou esses anos em função da pressão invisível por causa de ter, em 1976, feito aquilo que sua consciência de cidadão brasileiro lhe ditava.

O diretor do Credit Commercial de France, Jacques de Broissia, era pessoa conhecida do grupo do embaixador Antônio Delfim Neto desde o início dos anos setenta, portanto do tempo em que este era ministro da Fazenda do presidente Emílio Garrastázi Médici, segundo informaram

diversos jornalistas. Jacques de Broissia ajudou a organizar feiras comerciais da França, no Brasil, durante o governo Médici e, quando o presidente Giscard D'Estaing tomou posse, tendo logo em seguida concedido audiência ao ministro Antônio Delfim Neto, foi Jacques de Broissia, então cunhado do presidente da França, quem se empenhou para que a audiência fosse conseguida. Desta maneira, seria perfeitamente possível ao ministro da Fazenda, responsável pelo aval de qualquer empréstimo, eventualmente fazer exigências de comissões para terceiros.

A carta do diretor-geral do Credit Commercial de France, Roger Prain, ao deputado Ricardo Fiúza, não é convincente. Somente a palavra direta de Jacques de Broissia o será. O jornalista Cláudio Abramo conversou com ele perguntando a respeito e Broissia nada quis confirmar ou desmentir.

Eu próprio conversei com Jacques de Broissia em 23 de novembro de 1983, pelo telefone. Também não quis comentar os fatos, pedindo-me que escrevesse ao sr. Roger Prain. Perguntei-lhe se conhecia e se considerava o coronel Raimundo Saraiva Martins pessoa séria e honesta. A sua resposta foi:

"Sim, definitivamente."

Ressalta-se, ainda, que em seu depoimento, o coronel Raimundo Saraiva Martins relata que o adido militar francês no Brasil, Eduard Trejak, resolveu averiguar com Jacques de Broissia sobre a veracidade de suas afirmações ao coronel Raimundo Saraiva Martins relativas a como funcionário da embaixada do Brasil na França havia recebido comissão, por empréstimos externos levantados pelo governo ou instituições oficiais. Posteriormente, Eduard Trejak escreveu carta ao diplomata francês Pierre Latanne, que chamou o coronel Raimundo Saraiva Martins na embaixada da França em Brasília, para mostrar-lhe o conteúdo. A carta, cuja cópia Pierre Latanne não permitiu que fosse tirada, confirmava o que Jacques de Broissia havia relatado ao coronel Raimundo Saraiva Martins.

Como bem disse Ruy Mesquita ontem, em sua resposta ao ministro Antônio Delfim Neto, o presidente da República pode agora solicitar o esclarecimento completo do assunto.

Não bastará, entretanto, carta do presidente do Crédit Commercial de France, mas também serão necessários os depoimentos de Jacques de Broissia, dos diplomatas brasileiros e franceses citados acima, bem como do governo suíço.

Este se solicitado pelo presidente João Batista Figueiredo, responderá sobre a eventual existência, em qualquer época, de contas de cidadãos brasileiros, suspeitos de envolvimento em irregularidades, em bancos daquele país.